

Bruxelas, 4 de fevereiro de 2025
(OR. en)

5902/25

AGRI 41
AGRIFIN 10
AGRISTR 6
AGRIORG 15

NOTA

de: Comité Especial da Agricultura
para: Conselho

Assunto: Aplicação do princípio da verificação rural
– *Informações da Presidência*
– *Troca de pontos de vista*

Tendo em vista a reunião do Conselho (Agricultura e Pescas) de 24 de fevereiro de 2025, envia-se em anexo, à atenção das delegações, uma nota da Presidência sobre o tema em epígrafe.

Aplicação do princípio da verificação rural

As zonas rurais são uma parte essencial do potencial económico da Europa e são responsáveis pela manutenção da segurança alimentar de todos os cidadãos da UE e pela disponibilização de bens públicos relacionados com as suas funções sociais, culturais, económicas, ambientais e paisagísticas. A sua viabilidade e ligações duradouras e cooperativas com os centros urbanos são, por conseguinte, essenciais para a manutenção da coesão da UE como um todo.

No entanto, em muitos Estados-Membros, as zonas rurais enfrentam desafios crescentes, nomeadamente no que diz respeito à sua situação demográfica e económica. Tal deve-se principalmente às diferentes taxas de crescimento e desenvolvimento dos territórios, o que conduz a um agravamento das desigualdades no acesso a realizações civilizacionais, económicas e sociais.

Os responsáveis políticos a nível da UE, bem como a nível local, regional e nacional, deverão dar resposta a estes desafios, para que se alcance a plena integração das zonas rurais nos processos de desenvolvimento e se assegurem novos investimentos em infraestruturas, educação, mercado de trabalho, saúde, cultura e transformações ambientais, digitais e energéticas.

O reconhecimento e a boa utilização do potencial diversificado das zonas rurais, que albergam cerca de 137 milhões de habitantes, são fundamentais para garantir que são mais fortes, interligadas, resilientes e prósperas, tal como referido na *Comunicação da Comissão – Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE – Para zonas rurais mais fortes, interligadas, resilientes e prósperas, até 2040* (10404/21). Este modelo de desenvolvimento abordará os desafios atuais e futuros e assegurará que as zonas rurais da Europa continuem a contribuir para uma UE segura e resistente às crises.

As cadeias de abastecimento interrompidas durante a pandemia de COVID-19, os efeitos da guerra na Ucrânia, as alterações geopolíticas e o aumento das alterações climáticas adversas – todos esses problemas exigem uma resposta adequada da UE. Essa resposta deverá ter em conta o papel desempenhado pelos operadores do setor agroalimentar para garantir a segurança e a autonomia estratégica da UE.

Um dos instrumentos para alcançar estes objetivos é a aplicação efetiva do mecanismo de «*verificação rural*» e a divulgação de boas práticas neste domínio a nível nacional, regional e local, em conformidade com as recomendações da *visão a longo prazo para as zonas rurais da UE*, acima referida. De acordo com os pressupostos, este mecanismo deve permitir a adaptação de todas as políticas, bem como das soluções jurídicas e organizativas, às necessidades e aos desafios das zonas rurais em matéria de desenvolvimento. Nas conclusões do Conselho sobre "Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE" (15631/23), o Conselho manifestou o seu apoio à aplicação pela Comissão do conceito de verificação rural. O Conselho apelou ao reforço da verificação rural a todos os níveis e a que se «melhore a execução eficaz das avaliações do impacto territorial».

Atualmente, ao trabalhar em novas iniciativas que exigem avaliações de impacto, a Comissão Europeia já aplica os princípios de «legislar melhor», que incluem, nomeadamente, a avaliação da regulamentação proposta em termos do seu impacto nas zonas rurais (avaliação do impacto territorial). No caso de iniciativas que não exigem uma avaliação de impacto, parte-se do princípio de que os serviços da Comissão deverão examinar de forma qualitativa os impactos nas comunidades rurais.

No entanto, a realização de avaliações de impacto *ex ante* e *ex post* das soluções propostas sobre o desenvolvimento rural é insuficiente para garantir um impacto real na manutenção da sua viabilidade e uma resposta adequada aos desafios económicos e sociais que aquelas comunidades enfrentam.

O relatório da Comissão – *A visão a longo prazo para as zonas rurais da UE: resultados principais e vias a seguir*, publicado em março de 2024 (8360/24), mostra os desafios subjacentes à aplicação da verificação rural e que as soluções aplicadas até à data se revelaram insuficientes para verificar o impacto real das políticas e dos fundos da UE no desenvolvimento rural e para assegurar que as diferentes fontes de financiamento do desenvolvimento rural são efetivamente combinadas. Tal é igualmente confirmado pelas recomendações resultantes do *Diálogo Estratégico sobre o Futuro da Agricultura da UE* (13057/24) sobre a criação de um «*teste rural*» pela Comissão. Este teste deverá verificar o desempenho da legislação da UE em vigor e da nova legislação da UE em matéria de inclusão rural.

Por conseguinte, uma inclusão responsável das zonas rurais nos processos de desenvolvimento e o reforço da sua resistência às crises exigem a utilização do mecanismo de verificação rural, não só no sentido de analisar o impacto dos projetos de soluções legislativas no desenvolvimento das zonas rurais, como também tendo adequadamente em conta as necessidades e os desafios das zonas rurais na fase de conceção de soluções de planeamento financeiro, organizacional e estratégico.

Em face do exposto, a Presidência convida as delegações a responder às duas perguntas a seguir:

1. Deverá o mecanismo de verificação rural ser melhorado e, em caso afirmativo, de que forma? Queira apresentar as suas recomendações/sugestões/conclusões sobre a verificação rural, que deverão ser transmitidas à Comissão Europeia, em especial em termos de reforço da eficácia da sua aplicação a nível da UE.
2. Como integrar melhor o desenvolvimento rural nas estratégias, políticas e fundos da UE, que não a PAC, a fim de aumentar o seu impacto real na coesão e reduzir as disparidades em matéria de desenvolvimento urbano/rural? Queira apresentar exemplos de boas práticas neste domínio, aplicadas a nível local, regional e nacional.